

A TERCEIRA GERAÇÃO DO NEOLIBERALISMO E A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL

Claudio Gurgel¹

Agatha Justen²

INTRODUÇÃO

O Brasil, seu Estado e suas organizações empresariais passaram por um processo que tem como marco histórico a deposição da presidenta Dilma Rousseff, seguida da assunção de seu vice-presidente, Michel Temer, ambientado na alongada crise do capital. A partir de então, iniciou-se uma ampla agenda de radicalização, que foi desde o congelamento dos gastos primários por 20 anos, novas privatizações, o aprofundamento da reforma previdenciária e a sequência de mudanças nas relações jurídicas de trabalho, até o projeto de reforma administrativa, a PEC 32/20, igualmente destinada a verticalizar a reforma do aparelho do Estado, iniciada nos anos 1990. Adicionalmente, ocorreu o reposicionamento do país na geopolítica internacional, em particular face à América Latina, com restrições ao Mercosul e aos BRICS, além da aproximação com os governos, as correntes e organizações de extrema-direita ou tributárias do fascismo europeu. A relação

¹ Doutor em Educação (Universidade Federal Fluminense, Brasil). Professor Titular da Universidade Federal Fluminense. <http://lattes.cnpq.br/9907815760130945>. <https://orcid.org/0000-0003-4840-9772>. crmgurgel@hotmail.com. Endereço para correspondência: Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicados. Rua São Paulo, 30, 7º andar, Centro, Niterói, RJ, Brasil. CEP: 24020-005. Telefone: (55 21) 26299866.

² Doutora em Administração (Fundação Getúlio Vargas, Brasil). Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense. <http://lattes.cnpq.br/3428579793067406>. <https://orcid.org/0000-0002-6191-7942>. agathajusten@id.uff.br



entre economia, política e administração, destacada na chamada desta edição da Farol, se apresenta mais uma vez de modo incisivo, quando o processo acima descrito contempla as organizações privadas em busca da recuperação de suas taxas de lucro. Este trabalho pretende caracterizar esse processo vivido no Brasil até o especial momento em que se revela o impacto nos custos do trabalho e os sinais positivos de lucratividade das empresas. Em outras palavras, queremos expor esse movimento como integrante da resposta dada pela classe dominante à crise do capital, ainda remanescente dos anos 1970, que exigiu uma terceira fase na macroeconomia liberal reintroduzida no hemisfério pelo Consenso de Washington, no final dos anos 1980. Uma resposta que, constrangida pelas contradições crescentes, cumpriu uma trajetória em três fases, culminando com as determinações do capital viabilizadas pelos recentes governos centrais.

Por isso nos referimos à terceira geração do neoliberalismo ou do Consenso de Washington. Consideramos, portanto, que a política ali formulada, ainda que não previsse esse desdobramento, em fases, acabou por vivenciá-lo, em grande medida por força das dificuldades da proposta, que se revelaram na primeira fase de sua execução.

Não ignoramos a tentativa de Naim, cinco anos depois da reunião em Washington, de estabelecer uma periodicidade, que ele denominaria de “Consenso de Washington Original” e “Consenso de Washington Ampliado” (Navia & Velasco, 2004). Mas as diferenças históricas e conjunturais dos países latino-americanos não permitiram que essa periodização genérica abrangesse o que viria depois dessa data. A segunda geração, em particular, para nós, brasileiros, seria melhor percebida anos adiante; e a terceira, ainda viveríamos.

No desenvolvimento deste trabalho, passaremos por uma breve revisão teórica sobre a crise, a descrição do Consenso de Washington, com a exposição das suas duas gerações iniciais, para chegar à terceira geração, que nos ocupa

especialmente. Veremos como esta última fase se expressa nas empresas, em particular na exploração da força de trabalho e na taxa de lucro, seu corolário.

Os textos de John Williamson e Pedro Paulo Kuczynski aqui utilizados, ambos avaliando o Consenso, em boa medida acompanham nossas análises, principalmente no que tange às gerações que compreendem os anos 1990 e 2003-2014. Ainda no plano teórico, estamos referenciados nas análises de Marx, principalmente as que constituem a terceira seção do livro III d'O Capital, onde o pensador expõe a tendência decrescente da taxa de lucro, os fatores contrarrestantes à tendência e as contradições internas à lei; e o capítulo XXX, da seção V, do mesmo livro. Nesse último caso, revisamos suas formulações sobre as crises, ponto de partida do próximo tópico desse artigo.

Para a concretude necessária, lançaremos mão de dados e informações documentais de instituições públicas brasileiras, tais como o BNDES e o Banco Central, e de outros centros de estudos voltados para as questões específicas em tela.

CRISES E A CRISE DOS ANOS 1970

Frequentemente se lê que o capitalismo é um modo de produção que vive em crise. Tal formulação se ampara no fato de que se trata de um sistema cuja característica fundamental é que a produção é social e a apropriação da riqueza produzida é individual.

Mas além dessa essência crítica, há uma trajetória das crises, descrita por Marx e estudada por outros autores, dentre eles Kondratiev (1984), Schumpeter (1939) e Mandel (1986), que nos sugere haver momentos especialmente agudos do processo crítico.

Nas palavras de Marx, “não é que se produza demasiada riqueza. O que ocorre é que se produz demasiada riqueza em sua forma capitalista antagônica”³ (Marx, 2001, p. 255). ou, como se lê mais adiante, “revela-se aqui novamente o limite característico da produção capitalista [...] esta crise se manifesta em crises periódicas”⁴ (Marx, 2001, p. 260). Explicando que se trata de algo imanente ao sistema, Marx diz que “uma vez mais se comprova que esse regime não é [...] a forma absoluta do desenvolvimento das forças produtivas e de criação de riqueza”⁵. Para ele, longe disso, o regime não se compatibiliza com esse desenvolvimento e na verdade se “choca ao chegar a certo ponto com esse desenvolvimento”⁶ (Marx, 2001, p. 260). Como reitera mais adiante, “a imensa capacidade produtiva [...], o aumento dos valores-capitais [...] se encontram em contradição com a base cada vez mais reduzida, em relação inversamente proporcional com a crescente riqueza, para a qual essa imensa capacidade produtiva trabalha”⁷ (Marx, 2001, p. 263). Por isso, não raramente se verifica a súbita mudança do apogeu para a crise.

Para ilustrar a afirmação, Marx traz o caso da crise de 1957, na Inglaterra:

Foi precisamente na véspera de uma crack quando os negócios pareciam desenvolver-se de um modo quase exageradamente sólido. A melhor prova disso nos mostram, por exemplo, dois relatórios de regulamentos bancários de 1857 e 1858, nos quais todos os diretores de bancos e comerciantes, isto é, todos os especialistas chamados a se manifestar, se felicitam mutuamente pelo esplendor e a solidez dos negócios,

³ “no es que se produzca demasiada riqueza. Lo que ocurre es que se produce periódicamente demasiada riqueza bajo sus formas capitalista, antagónicas”.

⁴ “se revela aquí de nuevo el limite específico de la producción capitalista [...] esta crisis se manifiesta en crisis periódicas”.

⁵ “una vez más se comprueba que este régimen no es [...] la forma absoluta del desarrollo de las fuerzas productivas e de creación de riqueza”.

⁶ “choca al llegar a cierto punto con ese desarrollo”.

⁷ “a inmensa capacidad productiva [...] el aumento de los valores-capitales [...] se halla en contradicción con la base cada vez más reducida, en proporción a la creciente riqueza, para la que esta inmensa capacidad productiva trabaja”.

exatamente um mês antes de eclodir a crise em agosto de 1857⁸ (Marx, 2001, p. 454).

Setenta anos depois desses fatos, meses antes do crack da Bolsa de Nova York, exatamente em dezembro de 1918, o presidente Calvin Coolidge, dos Estados Unidos, no discurso sobre o Estado da União, replicaria a situação, de certo modo cômica, se não fosse dramática:

Nenhum Congresso dos Estados Unidos já reunido para avaliar o Estado da União se deparou com uma perspectiva mais agradável que a que se apresenta no tempo atual. No campo doméstico há tranquilidade e contentamento, relações harmoniosas entre os administradores e os assalariados, liberdade em relação aos conflitos na indústria e o maior registro de anos de prosperidade [...]. O país pode considerar o presente com satisfação e antecipar o futuro com otimismo (Hobsbawm, 1995, p. 90-91).

Anos após o que disse Marx sobre as crises, e contemporaneamente a Schumpeter, Keynes também reconheceria esse caráter crítico, expresso nos ciclos do desenvolvimento capitalista:

por movimentos cíclicos queremos dizer que, quando o sistema evolui, por exemplo em direção ascendente, as forças que o impelem para cima começam adquirindo impulso e produzem efeitos cumulativos de maneira recíproca, mas perdem gradualmente a sua potência até que, em certo momento, tendem a ser substituídas pelas que operam em sentido oposto [...] existe certo grau de regularidade na sequência e duração das fases ascendentes e descendentes (Keynes, 1964, pp. 299-300).

⁸ "Por eso es precisamente en víspera de un crack cuando los negocios parecen desarrollarse de un modo quasi exageradamente sólido. La mejor prueba de esto nos la suministran, por ejemplo, dos Reports on Banck Acts de 1857 y 1858, en los que todos los directores de bancos y comerciantes, en una palabra, todos los expertos invitados a declarar, se felicitan mutuamente por el esplendor y la solidez de los negocios, exactamente un mes antes de estallar la crisis de agosto de 1857".

A “fase descendente” se caracteriza pela duradoura e vertiginosa queda no emprego dos meios de produção e descenso e perdas da produção de valor, revelando-se isso na contabilidade pública, principalmente nos indicadores clássicos, tais como PIB/PNB, taxas de emprego, inflação, produto industrial, nível de investimento etc.

Na história recente, a crise de 2008, originária dos Estados Unidos, atribuída às *subprimes*, isto é, aos empréstimos concedidos pelo subsistema bancário a credores que não dispunham de crédito, é bem um exemplo do que chamamos *crise*. Não é a crise das *subprimes* uma crise decorrente do descuido ou relaxamento das agências reguladoras do crédito, como o Federal Reserve, nem tampouco falta de leis ou de fiscalização, como disseram muitos na época. Se o Federal Reserve teve alguma responsabilidade na crise das *subprimes*, essa responsabilidade deve ser denominada de cumplicidade, não de descuido ou relaxamento. A crise das *subprimes* é bem um típico efeito da contradição fundamental, porque o sistema precisa habilitar os consumidores a consumirem na escala da produção alcançada; do contrário, o próprio sistema para. É nesse sentido que o subsistema bancário precisa liberar recursos, ultrapassando o limite do aparentemente razoável, porque é preciso vender essa produção social, de milhares de trabalhadores construindo imóveis, móveis, automóveis, etc. (sob produção social), que, entretanto, ao invés de ser apropriada pelos seus produtores reais, são apropriadas/expropriadas pelos seus patrões, empresários desses ramos (apropriação individual). São as “formas capitalistas antagônicas” produzindo “o limite específico da produção capitalista”⁹, como explicou Marx. Como esses empresários vão completar o ciclo da reprodução do sistema – que depende da circulação – se os milhões de compradores, dentre eles, os despossuídos, sem capital acumulado e sem renda regular, não receberem crédito? Portanto, a causa da crise está relacionada à incapacidade de consumo

⁹ “el limite específico de la producción capitalista”.

das grandes massas, diante da produção majestosa da indústria dos EUA. Esta produção, em mãos de poucos, como mercadoria, precisa ser vendida para cumprir com o ciclo da valorização, que se fecha sob a forma dinheiro, realizada no mercado. Daí Marx dizer que produção, distribuição, troca e consumo constituem uma totalidade. O valor circula, “assumindo ora a forma do dinheiro, ora a forma da mercadoria, porém conservando-se e expandindo-se nessa mudança” (Marx, 1985, p. 174), porque “estava pressuposta à circulação uma produção que criava valor de troca só como excedente”¹⁰ (Marx, 2011, p. 198).

No trato das crises, cabe considerar o significado da expansiva presença do capital constante na composição orgânica do capital, à medida que se desenvolve o capitalismo. Esse fenômeno conta a história das duas revoluções industriais e das sucessivas inovações dos meios de produção. Essa é a origem da lei geral da tendência decrescente da taxa de lucro, objeto de ricas passagens de O capital, em particular no livro III. Ali, Marx explica que

A mesma taxa de mais-valia, sem necessidade de variação do grau de exploração do trabalho se traduz em uma taxa decrescente de lucro, já que, ao aumentar seu volume material, aumenta também, não na mesma proporção, o volume de valor do capital constante e, portanto, do capital em seu conjunto¹¹ (Marx, 2001, p. 214).

Em outras palavras, uma consequência do modo de produção é que, “conforme vai se desenvolvendo, decresce em termos relativos o capital variável relativamente ao constante. [...] Graças ao emprego crescente de maquinaria e capital fixo em todas as suas formas, o mesmo número de trabalhadores pode converter em

¹⁰ Anteriormente às passagens sobre circulação que citamos nesse parágrafo, Marx sintetizou a questão nos Grundrisse, dizendo que “o resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade [...]” (Marx, 2011, p. 53).

¹¹ La misma cuota de plusvalía, sin necesidad de que varíe el grado de explotación del trabajo se traduce en una cuota decreciente de ganancia, puesto que al aumentar su volumen material aumenta también, no en la misma proporción, el volumen de valor del capital constante y, por tanto, el del capital en su conjunto.

produtos [...], com menos trabalho, uma quantidade maior de matérias-primas e insumos”¹² (Marx, 2001, p. 214). O desdobramento desse processo pode ir da queda da taxa de lucro ao subconsumo.

Como ele se preocupa em esclarecer, “a taxa de lucro se calcula com base no capital total empregado [isto é], a taxa conseguida e realizada em um ano e o capital total, calculado percentualmente, constitui a taxa de lucro”¹³ (Marx, 2001, p. 227). Mas cabe dizer que há um “jogo de influências que contrarrestam e neutralizam os efeitos dessa lei geral [razão porque] apresentamos aqui a queda da taxa de lucro como uma tendência simplesmente”¹⁴ (Marx, 2001, p.232).

Vale ainda trazer outra ressalva de Marx quanto à lei, agora em relação à exploração do trabalho (mais adiante, apresentada como um fator capaz de contrarrestar a tendência): o “incremento gradual do capital constante em relação ao variável tem como resultado um descenso gradual da taxa de lucro, **sempre e quando** permaneça invariável a taxa de mais-valia ou seja, o nível de exploração do trabalho”¹⁵ (grifo nosso) (Marx, 2001, p. 214).

Dentre essas “influências que contrarrestam e neutralizam os efeitos dessa lei geral”, ele relaciona “as mais generalizadas”. Dentre essas causas, destaca-se, para o nosso objetivo, o aumento do grau de exploração do trabalho e o comércio exterior. Em ambos os casos, pontifica a questão da massa de mercadorias produzidas e realizadas, através da produção e do consumo expandidos. No caso

¹² “conforme va desarrollándose, decrece en términos relativos el capital variable con respecto al constante. [...] Gracias al empleo creciente de maquinaria y capital fijo en todas sus formas, el mismo número de obreros puede convertir en productos [...] con menos trabajo, una cantidad mayor de materias primas y auxiliares”.

¹³ “la cuota de ganancia se calcula a base del capital total empleado [isto é], la ganancia conseguida y realizada en un año y el capital total, calculada perceptualmente, constituye de la cuota de ganancia”.

¹⁴ “juego de influencias que contrarrestan y neutralizan los efectos de esta ley general [razão porque] presentamos aquí la baja de la cuota de ganancia como una tendencia simplemente”.

¹⁵ “incremento gradual del capital constante en proporción al variable tiene como resultado un descenso gradual de la cuota de ganancia, siempre y cuando que permanezca invariable la cuota de plusvalía, o sea, el grade de explotación del trabajo”.

da massa produzida, associada diretamente ao primeiro fator contrarrestante, a exploração do trabalho, fica evidente que o aumento da mais-valia pode neutralizar a tendência: “o aumento da taxa de mais-valia [...] é um fator que contribui para determinar a massa de mais-valia. Não anula a lei geral. Contudo, faz com que essa lei atue melhor como tendência”¹⁶. Atuar como tendência, no entender de Marx, significa “uma lei cuja vigência absoluta está contida, adormecida e atenuada”¹⁷ (Marx, 2001, p. 234). No que tange ao comércio exterior, dentre alguns efeitos, está o possível barateamento dos bens de capital e, para o nosso caso, especialmente porque “el mismo comercio exterior fomenta en el interior el desarrollo de la producción capitalista”, que pode elevar o capital constante em face do variável, mas “por outra parte, estimula a superprodução para o exterior, que produz largamente o efeito contrário”¹⁸ (Marx, 2001, p. 238).

Ressaltamos dessas passagens a importância da produção e da circulação como uma unidade e explica porque Marx trata esses dois processos como entrelaçados – “o processo de produção e o processo de circulação se entrecruzam e se entrelaçam constantemente”¹⁹ (Marx, 2001, p. 59). Por isso, ele retoma o assunto na Seção III, dizendo que “o produto total [...] necessita ser vendido. Se não for vendido ou se só se vende em parte [...] ainda que o trabalhador tenha sido explorado, sua exploração não se realiza como tal para o capitalista, não chega à realização”²⁰ (Marx, 2001, p. 243). A realização, como condição, vai estar associada à produção em várias passagens em que o autor trata da tendência decrescente da taxa de lucro.

¹⁶ “el aumento de la cuota de plusvalía [...] es un factor que contribuye a determinar la masa de la plusvalía. No anula la ley general. Pero se hace esta ley actúe más bien como tendencia”.

¹⁷ “una ley cuya vigencia absoluta se ve contenida, entorpecida y atenuada”.

¹⁸ “por otra parte, estimula la superproducción en relación con el extranjero, con lo cual produce, a la larga, el efecto contrario”.

¹⁹ “el proceso de producción e el proceso de circulación se entrecruzan y se entrelazan constantemente”

²⁰ “el producto total [...] necesita ser vendido. Si no logra venderse o solo se vende en parte [...] aunque el obrero haya sido explotado, su explotación no se realiza como tal para el capitalista, no va unida a la realización”.

Apesar de alguns autores atribuírem religiosamente todas as crises à queda tendencial da taxa de lucro, partimos do entendimento de que a origem das crises é a capacidade limitada das massas de absorverem, através do consumo, a produção ilimitada do capitalismo. É o que diz Marx quando afirma que

A razão última de toda verdadeira crise é sempre a pobreza e a capacidade restringida de consumo das massas, com o que contrasta a tendência da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se não existisse mais limite que a capacidade absoluta de consumo das massas²¹ (Marx, 2001, p. 455).

Assim é que se explica a crise dos anos 1970. Uma ampla produção, tocada sob a base técnica fordista e suas escalas milionárias, reverteu-se em crise. Segundo Dos Santos, a partir do final dos anos 1960, mais especificamente “em 1967, se apresentam os primeiros sinais da crise econômica” nos Estados Unidos, seguindo-se nas duas décadas imediatamente posteriores pelos demais países centrais (Santos, 2011, p. 197). Os números dos produtos brutos dos principais países capitalistas da década de 1970 em diante são os testemunhos factuais desse processo cíclico de bonança e de crise (Harvey, 1994).

No caso dos anos 1970, um aspecto particular acentua o problema do insuficiente consumo, incapaz de assegurar a passagem do valor produzido da forma mercadoria à forma dinheiro no volume compatível com a escala de produção. Esse aspecto particular é a base técnica fordista, cujas características são a produção em massa, padronizada e duradoura. Se o mercado não se expande na mesma proporção que a produção (Marx, 1995; 2001), deixando-se de fora, por um lado, uma grande massa de consumidores, por outro lado a parcela do mercado que mantinha capacidade aquisitiva também não se sentia atraída por aqueles

²¹ “La razón última de toda verdadera crises es siempre la pobreza y la capacidad restringida de consumo de las masas, con las que contrasta la tendencia de la producción capitalista a desarrollar las fuerzas productivas como si no tuviesen más limite que la capacidad absoluta de consumo de la sociedad”.

produtos semelhantes e às vezes iguais aos existentes em seus estoques domésticos. Produtos padronizados e duradouros nas lojas não são atraentes para quem já os têm em suas casas.

Adicionalmente, o Estado, para enfrentar a crise dos anos 1930, além de cumprir com o programa social do Welfare State, foi se fazendo cada vez mais presente no plano da economia, na oferta de bens e serviços. Assim obturou muitos espaços de investimento. As alternativas de investimento privado, capazes de substituir os investimentos naqueles bens padronizados e duradouros, se tornaram muito restritas, porque quase todas estavam atendidas/ocupadas pelo Estado.

As circunstâncias da crise não significam a privação de meios de produção pelo capital: “em plena crise, quando todo o mundo tem que vender e não consegue e, entretanto, necessita vender para poder pagar, é quando maior é a massa [...] do capital paralisado em seu processo de reprodução”²² (Marx, 2001, p. 454). É a paralisação dos investimentos de capital, que se acumulam. Como conclui Marx, na mesma passagem, “não há, pois, nada mais falso do que atribuir a estas situações uma escassez de capital produtivo. Existe, ao contrário, um grande número de capital produtivo”²³. São esses capitais paralisados, que Harvey (1994), absolutamente sintonizado com Marx, identifica como a superecumulação de capital, cujo destino foi o mercado financeiro e não direta e seguramente à economia real.

Um mercado abarrotado de mercadorias padronizadas, custos e preços altos e grande ocupação de espaços de mercado pelo Estado constituem o conjunto de desafios colocados à economia capitalista. Sua resposta poderia ser a restauração

²² “en plena crisis, cuando todo el mundo tiene que vender y no puede y, sin embargo, necesita vender para poder pagar, es cuando mayor es la masa [...] del capital entorpecido en su proceso de reproducción”.

²³ “no hay, pues, nada más falso que atribuir a estas situaciones una escasez de capital produtivo. Existe, por el contrario, una plétora de capital produtivo”.

do keynesianismo e do Welfare State, enfraquecidos pelos inúmeros *erros* (agora assim considerados) cometidos no seu exercício de 25 a 30 anos, entre a crise dos anos 1930 e os primeiros sinais de nova crise, no final dos anos 1960. Além dos *erros* – de excessos burocráticos à corrupção, de sobrecarga fiscal a privilégios de toda ordem – o Estado estava principalmente ocupando espaços e criando limites regulamentares ao capital, em particular na sua relação com o trabalho. Por isso, apesar de ter sido o patrono reconhecido da “era dourada” do capitalismo moderno, segundo Hobsbawm (1995), esse bloco formado pelas três correntes hegemônicas da economia do pós-guerra - fordismo, keynesianismo e Welfare State - não resistiu às críticas e principalmente à reação do grande capital necessitando fazer fluir sua superacumulação pela economia real e se revalorizar com os seus produtos e serviços.

PRIMEIRA E SEGUNDA GERAÇÕES DO CONSENSO DE WASHINGTON

É nesse quadro que emerge o neoliberalismo, a volta por cima de uma corrente que desde os anos 1940 contestava as formas de intervenção do Estado na economia, atribuídas ao keynesianismo e ao socialismo. Recupera-se, nos planos da teoria e do poder, resgatando a ideologia do mercado autorregulador, agente supostamente capaz de dar respostas à nova crise. No bojo desse continente teórico intitulado neoliberalismo, vários conteúdos se colocaram, desde a redução de impostos, privatizações e desregulamentação do trabalho até a adoção de postulados da gerência privada na gestão pública. O projeto neoliberal vitorioso significa, portanto, o primado do mercado, em todos os espaços. Tem como objetivo a recuperação das taxas de lucro, para o que servirão a *despadronização*, com a obsolescência acelerada dos produtos, a privatização, em suas variadas formas, e o aumento da exploração do trabalho, proporcionando a revalorização do capital em novas bases. Para esse objetivo, um sistema de regulação em que o Estado se faça o mínimo presente e em que preponderem as regras do mercado e, nelas, a negociação. Para a América Latina, conforme diriam mais tarde dois

importantes protagonistas do Consenso de Washington, John Williamson e Pedro Paulo Kuczynski – este último, mais tarde, ministro da economia e Presidente do Peru – cabia promover a “disciplina fiscal”, devidamente acompanhada por “mudanças de prioridades para as despesas públicas”. Os governos da região passaram a implementar essas e outras medidas, claramente comprometidas com o chamado mercado, o pseudônimo abstrato assumido pelo capital na mídia especializada. O receituário completo, nas palavras dos dois economistas, apresenta-se em parágrafo muito especial do livro *Depois do Consenso de Washington – retomando o crescimento e a reforma na América Latina*:

disciplina fiscal; uma mudança nas prioridades para despesas públicas; reforma tributária; liberalização do sistema financeiro; uma taxa de câmbio competitiva; liberalização comercial; liberalização da entrada do investimento direto; privatização das empresas estatais; desregulamentação; direitos da propriedade assegurados (Kuczynski & Williamson, 2004, p. 1).

Antes dessa publicação, o Brasil já deveria conhecer o relato de Paulo Nogueira Batista sobre o Consenso de Washington, presente em seu livro *O Consenso de Washington* (Nogueira Batista, 2001). Nogueira Batista naquela época acompanhava os fatos de perto, enquanto embaixador brasileiro, sediado em Nova York, onde exerceu a presidência temporária do Conselho de Segurança da ONU, no biênio 1988-89. Pela importância do relato, tomamos a liberdade de estender a citação.

Escreveu Nogueira Batista:

Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título "Latin American

Adjustment: How Much Has Happened?", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países, também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington". Embora com formato acadêmico e sem caráter deliberativo, o encontro propiciaria oportunidade para coordenar ações por parte de entidades com importante papel nessas reformas. Por isso mesmo, não obstante sua natureza informal, acabaria por se revestir de significação simbólica, maior que a de muitas reuniões oficiais no âmbito dos foros multilaterais regionais. Nessa avaliação, a primeira feita em conjunto por funcionários das diversas entidades norte-americanas ou internacionais envolvidos com a América Latina, registrou-se amplo consenso sobre a excelência das reformas iniciadas ou realizadas na região, exceção feita, até aquele momento, ao Brasil e Peru. Ratificou-se, portanto, a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendando, por meio das referidas entidades, como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral (Nogueira-Batista, 2001, p. 11).

É, portanto, nessas condições de dependência que as medidas listadas por Williamson e Kuczynski, refletindo o entendimento relatado por Nogueira Batista, vão ser implantadas na América Latina e, em particular, no Brasil.

As primeiras tentativas se verificam no governo Collor, quando é ensaiada a disciplina fiscal, com o choque monetário (confisco das contas bancárias) e a redução em 30% do contingente de trabalhadores das empresas públicas. Promovem-se a reforma tributária, as primeiras grandes privatizações e a liberalização comercial, ocasião em que se empreende a redução das alíquotas alfandegárias e se dá passagem maciçamente a produtos estrangeiros, adotando-se o câmbio livre (Castanhar, 1990).

Essas operações se verificam inicialmente de modo retumbante e em tudo impactante, mas ao mesmo tempo de modo desordenado e inconsistente. Tal inconsistência vai se fazer mais acentuada na medida em que cedo o presidente Collor se vê enredado por denúncias de corrupção partidas de dentro do seu próprio grupo e se desencadeia um processo de *impeachment* que resulta em sua destituição.

Mas o Consenso de Washington não parou e mesmo sob o governo do presidente Itamar Franco, historicamente identificado com o nacionalismo, as privatizações – marca mais explícita do neoliberalismo, nessa primeira fase – continuaram (Nunes, 2007).

A seguir, o governo do presidente Cardoso, que sucede o presidente Itamar Franco, vai aprofundar as chamadas reformas, anunciadas na campanha eleitoral do candidato e no seu discurso de posse. As reformas são exatamente as medidas que constituem o Consenso de Washington, razão de serem tratadas por vários autores como *contrarreformas*. O presidente Cardoso amplia as privatizações, contando com a liberalização dos capitais estrangeiros, graças a Emenda Constitucional nº 6, que veio modificar o artigo 171 da Constituição Federal do Brasil.

Todas as demais iniciativas foram implementadas sob os auspícios de um governo forte, estável e organizado, com a racionalidade mais apurada, oriunda da experiência acadêmica e política dos seus principais agentes. Esses agentes, em grande parte, eram professores das universidades, com experiência política nacional e internacional. Particularmente na política de São Paulo, eram membros do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, legenda de Cardoso, que disputava a hegemonia com o Partido dos Trabalhadores.

No início dos anos 2000, nova crise internacional promove uma onda de críticas ao neoliberalismo, que se desdobram na chegada ao poder de grupos críticos a esse modelo. É o que ocorre mais precisamente na América Latina, com a vitória eleitoral, em 10 países da região, caracterizando o que Pereira chamou de “onda rosa”, tendo em vista se tratar de grupos de esquerda não revolucionários, que propugnavam reformas moderadas (Pereira, 2015). Esse contexto de crise, embora não significasse uma ameaça drástica aos postulados hegemônicos, questionava a capacidade da agenda neoliberal de efetivamente solucionar a crise do capital, sem falar nos efeitos sociais extensamente explorados pelos setores críticos. Foi, então, a título de balanço do que chamaram de “primeira geração de reformas”, que os economistas protagonistas do Consenso de Washington se reuniram, gerando o livro acima referido “Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina”. O objetivo, ao contrário do que a título possa sugerir, não era superar o Consenso, mas, ao contrário, recuperá-lo, buscar estratégias para que aquela agenda fosse levada às últimas consequências, ainda que com uma necessidade momentânea de “dois passos atrás”. Esses dois passos atrás seriam justamente a fórmula do que, nessa obra, Kuczynski e Williamson chamaram de reformas de segunda geração.

Williamson reconhece a *falha* do Consenso de Washington: “os objetivos da reforma foram traçados de forma muito estreita, limitando-se a estabelecer o crescimento sem nenhuma preocupação específica com o emprego, a pobreza, a distribuição de renda [...] ou com a agenda social” (Kuczynski & Williamson, 2004, p. 288).

No Brasil, em 2003, assume um novo governo central, dirigido pelo Partido dos Trabalhadores, PT, que comandou a oposição a Cardoso durante seus oito anos. Nesse mesmo ano, Williamson, em palestra na Fundação Armando Pentead, em São Paulo, fazendo avaliações sobre o Consenso, se faz a pergunta: “Quais são as políticas que devem mudar?”. Respondendo à sua própria questão, ele diz: “o

objetivo da política não deve ser só a estabilidade dos preços, como na visão monetarista (e, eu tenho que confessar, no Consenso de Washington), mas também a estabilidade da economia real, de acordo com as doutrinas de Keynes” (Williamson, 2003, p. 3).

Não estabelecendo qualquer relação obrigatória entre as palavras dos dois importantes agentes do Consenso de Washington e o novo governo, concretamente verificou-se, ainda que não se possa falar de transformação, uma mudança significativa a partir de 2003, naquilo que classificamos como a segunda geração do neoliberalismo no Brasil.

As privatizações foram contidas, dando-se em seu lugar as concessões públicas que já vinham se realizando em governos passados. Novos arranjos criados pela reforma do aparelho do Estado foram implementadas, tais como as Organizações Sociais, que operam principalmente nas áreas de saúde e de educação. As parcerias público-privadas foram amplamente difundidas, cuja regulamentação, Lei 11.079/2004, foi do próprio governo Lula. Na regulamentação, as disposições são estimuladamente favoráveis ao capital privado, seja pela ação subsidiadora dos bancos públicos, seja pelo Fundo Garantidor, que praticamente protege a empresa privada parceira de qualquer prejuízo.

Estradas, estádios, portos, aeroportos, usinas e outras obras públicas são construídas com essa gestão compartilhada, onde centenas de milhões de reais são passados a empreiteiras e fornecedores diversos através do BNDES e, em menor monta, pela Caixa Econômica Federal para as edificações que serão a seguir administradas em regime de concessão pública (Bandeira de Mello, 2005).

Um expressivo programa de obras públicas, o Plano de Aceleração do Crescimento, PAC, foi desenvolvido, retomando o investimento. Essa retomada fazendo-se agora através das referidas PPPs, em rigor, não porque faltassem

recursos públicos – foram essencialmente os bancos públicos que financiaram as obras – mas pelo que significa esse arranjo para o projeto de conciliação que inspira o PT há décadas.

As Organizações Sociais, por seu turno, são um arranjo parecido, destinado ao que se pode designar como atividades do campo social, promovendo a transferência de postos de saúde, hospitais, escolas, rádios e tvs públicos para a gestão de grupos privados qualificados pelos ministérios ou secretarias de Estado correspondentes.

Essa ação, que contemplou os interesses privados de um modo específico, foi acompanhada por outras iniciativas de mão dupla, como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades, REUNI, a política de abertura aos filhos dos trabalhadores, através das cotas sociais e raciais, e o Programa Universidade para Todos, PROUNI, criado pelo Governo Federal em 2004, oferecendo bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais. Mais adiante, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, PRONATEC, seria lançado, com a Lei 12.513/2011, tendo o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. De 2011 a 2016, por meio do PRONATEC, foram realizadas quase 10 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de qualificação profissional, em mais de 4.300 municípios (BRASIL, 2016). Há que se destacar, como se fora uma metonímia das políticas de governo do PT, que o ensino técnico/profissional é também objeto de muito interesse do empresariado. Sua força de trabalho é barata e adequada às funções demandadas pelo capital. Como mostra o estudo de Silva Júnior, Lucena e Ferreira (2011, p. 844), poucos são os “alunos oriundos do ensino técnico/profissional que ingressam nas universidades federais, ingressando, isso sim, de forma significativa, em profissões modestas no mercado de trabalho”. No mesmo espírito de desenvolver políticas sociais, em paralelo a concessões ao

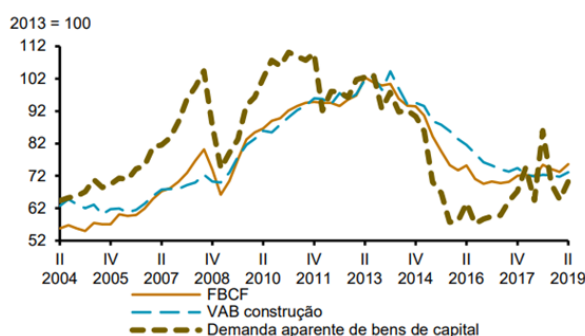
patronato, o governo Lula expandiu as ações compensatórias das *bolsas*, criando um grande programa de assistência direta aos miseráveis e extremamente pobres, o Programa Bolsa Família (PBF). O PBF é um valor em dinheiro distribuído – transferência direta de renda – de acordo com critérios socioeconômicos e atrelado à educação dos filhos menores desses cidadãos e a cuidados de saúde das gestantes e recém nascidos desses segmentos sociais. Diz Corgosinho, Cruz e Torres (2013, p. 139) que “O PBF, no início do mandato de Lula, atendia em torno de 3,6 milhões de famílias. Em 2010, esse número atinge 12,8 milhões de famílias, beneficiando, assim, mais de 40 milhões de pessoas com alta vulnerabilidade em termos de pobreza”. O efeito dessa redistribuição sobre o mercado consumidor não é difícil de se supor. Segundo os estudos de Neri (2013), da FGV Social, o R\$ 1,00, do Bolsa Família, obtém um multiplicador de 1,78. Significa dizer que um repasse de R\$ 1,00 tem impacto correspondente a R\$ 1,78 no PIB brasileiro. Mais recentemente, Denes, Komatsu e Menezes-Filho (2018) confirmaram as consequências positivas desse Programa. Em paralelo a isso, desenvolveram-se o crédito consignado e melhorias salariais que repercutiram no consumo de modo evidente. Adicionalmente, um programa de habitação, intitulado Minha casa, minha vida, mobilizou intensamente a construção civil, sendo mais um fator de emulação do empenho e do consumo.

Seguido uma tendência internacional de fundo ideológico e econômico, o governo lançou também, em 2008, a Lei Complementar nº 128, em 2008, conhecida como Lei do Microempreendedor Individual (MEI). No ano seguinte, criou o programa Primeira Empresa Inovadora, PRIME, de incentivo ao empreendedorismo, no conceito vulgar da palavra, dirigido aos trabalhadores informais, os chamados “empreendedores por necessidade”. Os milhões de MEI, hoje calculados em 11,8 milhões, representam 58,8% das empresas ativas no Brasil, segundo a Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Brasil, 2022).

Como parte expressiva desse, digamos, novo modelo, o Estado, no plano estritamente econômico, recuperou seu papel indutor e investidor. No comércio exterior, incentivou a relação sul-sul e se abriu a intenso intercâmbio com a Ásia, em particular com a China, em que pese a crescente reprimarização da pauta exportadora brasileira, com suas consequências negativas e riscos, inclusive à superexploração do trabalho, a que se refere Marini (1990). Essa política de comércio exterior multiplicou o volume e a receita da balança comercial, aumentando significativamente o superávit e, por consequência, as reservas brasileiras (MDIC, 2017; Banco Central do Brasil, 2017a). De 2000 a 2011, as vendas externas saíram do patamar de 2 dígitos, \$60,1 bilhões, em 2002, para \$118,6 bilhões, em 2005, chegando a \$253,7 bilhões em 2011, perdendo força a partir dos anos imediatamente seguintes (Ministério da Economia, 2022).

Além disso, de 2003 a 2014, expandiu-se a ação dos bancos públicos, tanto do BNDES, quanto do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, elevando a oferta de crédito, com destaque para a construção civil, a construção naval e bens de capital. Neste último item, de grande importância para o nosso debate, a formação de capital fixo recebe impulso significativo, até experimentar a contração iniciada em 2011 e acentuada a partir de 2013. O gráfico abaixo comprova o que descrevemos:

Gráfico 1 – Formação Bruta de Capital Fixo 2004-2019



Fonte: Banco Central (2019, p. 21).

Ainda no plano externo, foi intensamente incentivada a formação de conglomerados competitivos no mercado internacional, a par da expansão do mercado interno. A isto se acrescentam os investimentos na indústria de petróleo e gás, com destaque para o pré-sal.

Em 2003, na palestra já referida, pronunciada na FAAP/SP, Williamson, otimista, avalia que

o Brasil sob o presidente Lula está mostrando bom senso em política macroeconômica até agora, mas o êxito em chegar a uma taxa de crescimento de 5 por cento ao ano vai depender também das políticas microeconômicas sociais, educacionais, institucionais, além da manutenção de uma política macroeconômica racional (Williamson, 2003, p. 9).

Esta é a combinação de “estabilidade da economia real, de acordo com a doutrina de Keynes” com controle fiscal defendida pelo mesmo Williamson naquela data de 2003. Como diria em seu livro com Kuczynski, “é completar, corrigir e complementar as reformas de uma década atrás”, isto é, ‘reformular a reforma’, conforme dizem os dois autores, “frase feliz de Ffrench-Davis (2000), a qual foi adotada subsequentemente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento no programa para sua reunião anual de 2002” (Kuczynski & Williamson, 2004, p. 16). Na conclusão do texto em que avaliam o Consenso de Washington, depois de defender mais liberalização e reformas institucionais, inclusive aquelas que se destinam a combater a corrupção, ele detalharia seu programa social em passagem que, a despeito da extensão, citaremos integralmente pela sua importância:

acreditamos que o foco principal da tentativa de ajudar os pobres deve ser uma iniciativa para fornecer-lhes acesso aos ativos que podem dar-lhes a oportunidade de trabalhar para sair da pobreza: 1. Educação. O capital humano é fundamental em criar a habilidade de ganhar um salário

bom em uma economia moderna. Ninguém tem dúvidas de que isso vai ficar cada vez mais verdadeiro, e que no futuro mais e mais gente vai precisar de oportunidades para voltar à escola a fim de renovar sua educação durante a sua carreira. O Brasil (em particular) fez um progresso impressionante em termos de aumentar o número de crianças que vão à escola nesses últimos anos, mas ainda enfrenta um grande desafio em termos de melhorar a qualidade do ensino. 2. Reforma agrária é uma maneira de dar oportunidade de ganhar um rendimento para pessoas que tem poucas alternativas, e merece apoio governamental. Ao mesmo tempo, os direitos de propriedade são fundamentais para uma economia de mercado, e assim a reforma agrária deve ser feita com compensação e sem destruição das fazendas produtivas, e em acordo da lei. 3. Uma das grandes descobertas dos últimos 25 anos foi que os pobres podem beneficiar-se tomando micro-empréstimos, e que eles são capazes e estão dispostos a reembolsar o emprestador quando há uma estrutura social apropriada. Em Bangladesh, país pioneiro dos micro-empréstimos, hoje em dia mais ou menos 50 por cento dos pobres têm acesso a micro-empréstimos; na América Latina, só um por cento. 4. **Hernando de Soto tem escrito várias vezes sobre os benefícios de dar títulos de propriedade aos empresários no setor informal. Eles ganham a habilidade de tomar empréstimos usando a propriedade como aval, e há uma redução importante no custo de defender a propriedade.** 5. Outra possibilidade não mencionada no nosso livro seria reduzir o custo de criar uma empresa nova, como foi discutido anteriormente (grifo nosso) (Williamson, 2003, p. 8).

Os governos do PT correspondem à segunda geração do Consenso de Washington, como imaginada por Williamson, em particular nos seus 5 pontos. Comparando-se as suas ações, descritas em páginas anteriores, com esse resumido programa de Williamson, não cabem dúvidas.

Em termos macroeconômicos, esse grande programa de ajuste neoliberal, buscando combinar os interesses imediatos das classes, vai se expressar no conjunto das determinantes da taxa de lucro, como se vê abaixo na Tabela I,

tomada de empréstimo a Bruno e Caffé (2016)²⁴. De 2003 a 2007, apesar da opção declarada pelo PT, a produtividade marginal do capital sempre esteve acima do salário médio real.

Tabela I – Os Determinantes da Taxa de Lucro Empresarial (2003-2009): Índice dos Valores²⁵

Ano	Lucro das Empresas	Produtividade do Capital	Salário médio real	Produtividade do trabalho	Rentier Share
1995	100	100	100	100	100
...
2003	106.78	108.36	102.05	103.98	105.68
2004	105.33	109.70	103.52	107.71	112.10
2005	106.12	111.69	106.16	107.09	109.13
2006	108.16	116.18	111.90	107.15	103.90
2007	110.73	119.53	116.28	109.55	101.92
2008	104.68	115.90	123.80	112.67	99.69
2009	113.72	120.89	127.93	110.18	85.59

Fonte: Bruno & Caffé (2016, p. 5).

* média do primeiro e segundo trimestres de 2015.

Nos anos 2008 e 2009, sob algum impacto da crise das *subprimes*, ocorre a retração, nos mercados interno e externo, com óbvia repercussão sobre a escala de produção. Vemos aqui, pela primeira vez, a produtividade do capital ficando abaixo do salário médio real e o crescimento contínuo da taxa de lucro sendo interrompido. Em 2009, a expressiva queda na apropriação rentista, garante a taxa de lucro fechando em alta, no imediato pós crise.

²⁴ As tabelas I e II que se seguem são excertos da Tabela que os autores trazem com dados que partem de 1995, como base 100 (Bruno; Caffé, 2016, p. 5).

Percebe-se mais evidentemente essa movimentação entre as determinantes, quando se vê a taxa de lucro caindo de 110,73 para 104,68, em 2008, e se recuperando, em 2009, com a retomada da produtividade do capital e a forte queda rentista. Observe-se, para melhor apreensão do fenômeno, como, em 2004, a alta rentista de quase 7 pontos percentuais impacta negativamente na taxa de lucro. Veja também que a diferença entre salário médio real e produtividade marginal do capital, em 2008 e 2009, a favor do trabalho, foi apenas de 8 e 7 pontos percentuais respectivamente.

O crédito especial dos bancos públicos para bens de capital, o crescimento da capacidade produtiva das empresas, em especial a elevação da produtividade do trabalho, acompanhada pelo incremento dos negócios, tanto interno – com as políticas sociais, as correções salariais acima (ainda que pouco) da inflação, a expansão do crédito e seu efeito sobre a renda familiar e o consumo agregado – seja externo, com o aumento colossal das exportações – este complexo macroeconômico não só conciliava as classes, como continha a tendência decrescente da taxa de lucro das empresas, evitando a desproporção entre a produção e o consumo.

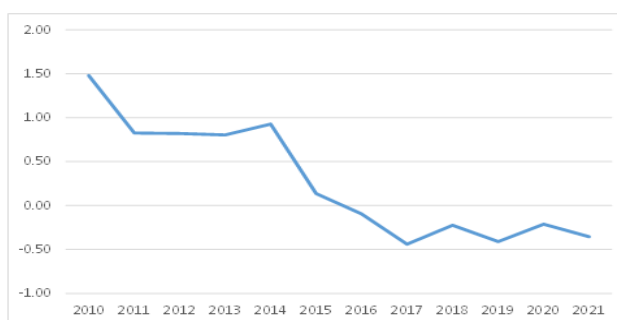
A TERCEIRA GERAÇÃO

As condições vividas na segunda geração começaram a se deteriorar, curiosamente, após se ter alcançado o pico (7,53%) do incremento do PIB brasileiro, no Século XXI, em 2010. É inevitável lembrar da crise de 1857 e do crack da Bolsa de Nova York, em 1929, exemplos trazidos, na seção dois deste artigo, de como antes da tempestade vem a bonança.

A crise, no Brasil, foi se configurando a partir de 2011, à medida que o comércio exterior começa a ceder e a capacidade de investimento do Estado brasileiro foi ficando comprometida. No plano externo, as exportações caem continuamente de

\$253,7, naquele ano, para \$179,2 em 2016 (Brasil/Ministério da Economia, 2022) e os investimentos públicos, no período 2010-2014 recuam 1%, com casos mais agudos, como os investimentos das estatais federais, que nos 4 anos anteriores cresceram 23% e no período seguinte recuaram 2,4% (IPEA, 2016, p. 16). O Gráfico II, a seguir, exhibe essa queda nos investimentos públicos.

Gráfico 2 - Investimento líquido do Governo em Geral (% do PIB) 2010-2021



Fonte: Instituto Brasileiro de Economia-IBRE/FGV, 2022.

Os investimentos privados não foram diferentes. Segundo Balaciano e Trece, em estudo para o IBRE (2019), “com a recessão que se iniciou no segundo trimestre de 2014 e foi até o fim de 2016, a taxa de investimento desabou”. Tendo em conta a série histórica, essa queda foi, “entre o 3T13 (21,5% do PIB) e o 2T17 (14,7), de quase 7 p.p.”; [...] “a maior diferença foi de 5,9 p.p. entre os anos de 2013 (20,9%) e 2017 (15,0%)”.

Nesse mesmo período, a produtividade marginal do capital foi se tornando cada vez menor em relação ao crescimento da remuneração do trabalho, salário médio real. Essas duas variáveis da lucratividade patronal vão apresentando continuamente, de 2010 em diante, resultados que se expressam na queda da taxa de lucro.

Tabela II – Os Determinantes Da Taxa De Lucro Empresarial (2009-2015): Índice Dos Valores

Ano	Lucro das Empresas	Produtividade do Capital	Salário médio real	Produtividade do trabalho	Rentier Share
2009	113.72	120.89	127.93	110.18	85.59
2010	112.29	121.91	134.81	113.68	84.77
2011	108.18	119.84	141.27	116.34	83.23
2012	103.75	119.21	148.93	117.54	79.57
2013	100.65	115.47	153.51	121.43	80.13
2014	86.76	105.54	157.92	122.59	83.05
2015*	73.36	92.51	152.39	123.44	94.70

Fonte: Bruno & Caffé (2016, p. 5).

* média do primeiro e segundo trimestres de 2015.

A Tabela II demonstra que o salário médio real vai se elevando opostamente à produtividade marginal do capital, e isto vai se refletindo na taxa de lucro que ainda é, em parte, afetada pela apropriação (*rentier share*) que rentistas e bancos fazem e que de 2013 a 2015 cresceu. Olhando mais uma vez o Tabela II, percebe-se o crescimento, a partir de 2010, dessa diferença (salário médio real / produtividade marginal do capital) - de 13, 21, 29, 38, 52 e 60 pontos percentuais, nos anos subsequentes a 2009. Lembrando que o máximo obtido pelos trabalhadores na década anterior, em 2008 e 2009, foi 8 e 7 pontos, respectivamente, acima da produtividade do capital. A taxa de lucro dá seu primeiro sinal de queda em 2010 (2009 = 113,72; 2010 = 112,29), acentuando-se daí em diante. Complementarmente, o empresariado reage com a diminuição do investimento em capital constante, que no período de 2013 a 2016 cai 42%, recuando em 41% particularmente em máquinas e equipamentos (Banco Central do Brasil, 2019).

Observemos o que diz Dathein, conhecido estudioso das taxas de lucro, no Brasil, em artigo publicado em 2016:

No período mais recente, de 2009 a 2014, continuou a tendência anterior de elevação da participação dos salários e de redução da participação do excedente no PIB. No entanto, agora houve forte reversão da tendência anterior de elevação da PMgK. Com isso, a média da PMgK ficou em 0,13 entre 2009 e 2014. Sem contar o ano de forte recuperação de 2010, nos outros anos desse último período a média foi de apenas 0,08. Por isso, provavelmente nesse último período houve forte queda da taxa de lucro. Não é possível compatibilizar queda da participação do excedente no PIB com queda da produtividade do capital. Os dois determinantes da taxa de lucro, o distributivo e o tecnológico, comportaram-se negativamente. Isso deve ter explicado a sistemática piora de desempenho da economia nos anos recentes e a dificuldade de as políticas de estímulos econômicos funcionarem conforme o esperado (Dathein, 2016, p. 9).

Esta consideração de Dathein é confirmada por apreciação muito semelhante de Bruno e Caffé:

o crescimento do salário médio real acima do crescimento da produtividade do trabalho e/ou da produtividade do capital tende a deprimir a lucratividade empresarial. Mas quando a rentier share avança sobre o produto, a taxa de lucro empresarial também declina se não houver compensações advindas dos ganhos de produtividade ou de reduções do salário médio real (Bruno e Caffé, 2018, p. 5).

Percebe-se, portanto, a impossibilidade de harmonização por muito tempo dos interesses do grande capital com políticas sociais e keynesianas, no espírito da segunda fase proposta por Williamson e praticada por Lula e Dilma.

Os grandes investimentos ocorridos a propósito da Copa do Mundo e das Olimpíadas, que reimpulsionaram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mobilizaram enormes recursos. Passados esses investimentos, o governo federal enfrentou as dificuldades de caixa presumíveis e outros problemas econômicos, orçamentários e políticos, estes últimos relacionados com a

campanha eleitoral que se seguiu. Vale repetir, por ser fundamental, que o desempenho da economia já não mais se fazia no mesmo patamar do ciclo anterior. Pari passu à queda das exportações, já referidas, os saldos comerciais caíram, voltando a um dígito em 2013 e a um registro negativo em 2014. O PIB, a partir de 2011, entrou em rota descendente (Brasil, 2017b; IBGE, 2016). Acresce que o nível de endividamento das famílias se elevou, partindo de 18,42% em 2005, passando por 31,42, em 2011, e chegando, em abril de 2015, a 46,3%. A inadimplência e a carteira de ativos problemáticos também cresceram a partir de dezembro de 2013 (Banco Central do Brasil, 2017c), o que obviamente inibiu o crédito e o consumo. Esta desestabilização geral foi agravada, a partir de 2015, pela pressão dos grupos econômicos, vocalizada pelas lideranças políticas de oposição, destacadamente dirigentes e mandatários do PSDB, quando não diretamente pelas lideranças empresariais, obviamente insatisfeitas. A recém reeleita presidenta Dilma cedeu ao discurso do equilíbrio fiscal e decidiu cortar verbas públicas de transferências governamentais que mantinham os programas do governo, em especial os programas de educação e saúde. Esta guinada se realizou sob o comando de Joaquim Levy, nomeado Ministro da Fazenda. Levy é economista, de fortes ligações com o *mainstream* econômico do FMI e do Banco Mundial e ex-diretor da *Bradesco Asset*, seguradora do segundo maior banco privado do Brasil.

A política fiscal e monetária de Levy, leia-se politicamente Dilma Rousseff, foi fatal para a estabilidade do governo, que passou a desagradar setores antes aliados e não arrefeceu em nada a pressão dos grupos econômicos e políticos que já lhe eram hostis. No caso dos grupos econômicos, que de fato comandavam a oposição, tratava-se de, nas condições de poucos recursos, realizar mudanças que pudessem redirecionar as verbas existentes para seus interesses. Em primeiro lugar, garantir o pagamento da dívida para recobrar crédito e disponibilizar os fundos públicos para novos investimentos governamentais; em segundo, abrir espaços para novos investimentos privados nos ativos públicos, resgatando a

política de privatização e de reformas, com destaque para a previdenciária e trabalhista. No caso da previdenciária, atendem-se aos bancos, cujos seguros previdenciários ainda não adquiriram credibilidade suficiente e mercado consumidor capaz para se consolidar. Além disto, atendem-se aos demais setores empresariais, que poderão contar com os fundos públicos liberados para os investimentos do governo que lhes proporcionam contratos vultosos. A reforma trabalhista retoma a caminhada para os padrões aviltados de relações de trabalho, que barateiam a produção, transferem aos trabalhadores muitos custos sociais e criam a insegurança e a instabilidade convenientes ao maior controle econômico e político por parte da classe dominante, reduzindo os custos de negociação e permitindo a diminuição do valor da força de trabalho.

Com essa estratégia, o novo governo, após o impeachment, desencadeia a série de reformas do interesse do patronato, iniciando, pouco mais de 3 meses da sua posse, em 05 de dezembro, pela PEC 287/2016, que reformou mais uma vez a previdência. A seguir, em 15 de dezembro, aprovou a PEC 95/2016, que instituiu o teto de gastos primários, pretendendo congelar o orçamento público por vinte anos. Finalmente, nessa *blitzkrieg* neoliberal, às vésperas do Natal, em 23 de dezembro, apresenta o projeto de Lei 6.787/2016, da reforma trabalhista (Portal da Câmara, 2022).

A rapidez com que o novo governo respondeu a essas demandas da classe dominante no Brasil dá bem a ideia do que se processava naquela ocasião, quando de fato se dá partida à radicalização do neoliberalismo, instituindo sua terceira fase. Antes, porém, da aprovação da *nova CLT*, pela urgente necessidade de aprofundar as condições de exploração do trabalho, anteciparam-se mudanças que legalizam o que, nos interstícios legais ou na ilegalidade, se praticava.

Aprova-se a Lei nº 13.429/2017, de março de 2017, permitindo a terceirização irrestrita, na área-meio e na área-fim das empresas. O trabalho temporário é

estendido até 270 dias no ano, em regime sem vínculo de emprego, dispensando o empregador de obrigações trabalhistas. Considerando os finais de semana e feriados, os 270 dias correspondem ao ano integral, tempo que a nova lei verdadeiramente permite ao trabalho temporário.

Em julho, a lei 13.467/2017 aprova a reforma trabalhista que, entre outras coisas, regulamenta o trabalho autônomo, abrindo a possibilidade do contrato contínuo e não evitando a exclusividade. A reforma acresce o contrato intermitente, também chamado de “contrato de zero hora”, que subordina o trabalho à necessidade eventual do empregador. O contrato de tempo parcial, uma “conquista” dos empregadores na primeira geração do neoliberalismo, foi ampliado de 25 horas semanais para 30 horas. Tanto o contrato de tempo parcial, quanto o contrato intermitente deixam de se referenciar no salário mínimo, podendo gerar remunerações inferiores. Passa a prevalecer o valor-hora mínimo, com salários que levam em consideração apenas as horas trabalhadas. O cortes no plano do capital variável avançam para o detalhe: suprime-se a jornada *in itinere*, relativa ao percurso de casa ao trabalho e vice-versa, como também deixa de ser computado como tempo à disposição do trabalhador a troca de roupa ou uniforme, no interior da empresa.

Em paralelo a isso, a CLT passa a atribuir ao sucumbente de processo trabalhista as custas periciais e processuais, antes cobertas pelos fundos públicos. O risco de maiores perdas financeiras para o trabalhador inibe fortemente a luta jurídica por direitos violados e estimula o abuso patronal. O Relatório Geral do TST mostra que, de 2016 para 2021, os casos recebidos caíram de 2.756.251 para 1.550.557, representando a redução de 43,7% nesse intervalo de tempo (Brasil/TST, 2021, p. 23). Ainda que a redução dos processos não se deva exclusivamente a essa ameaça, dado que algumas práticas ilegais foram legalizadas pela reforma, a mudança em relação às custas dos processos teve seguramente grande influência.

Na mesma linha, ponto central da reforma foi a instituição do acordado sobre o legislado, que dispensa os sindicatos das negociações entre empregados e o patronato, e permite a este último impor condições, até mais precárias do que a lei reformada orienta.

Em 2019, foi aprovada a MP 905/2019, reemitida como 955/20, que dispõe sobre o *contrato de trabalho verde e amarelo*, reduzindo o FGTS e a multa por demissão sem justa causa dos trabalhadores da faixa etária de 18 a 29 anos, em seu primeiro emprego. Essas alíquotas passam de 8% para 2% e de 40% para 20%, respectivamente.

Ainda em 2019, foi aprovada a Lei 13.874, chamada significativamente de *lei da liberdade econômica*, que permite a qualquer atividade econômica funcionar em qualquer dia da semana, seja domingo ou feriado, em qualquer turno, sem encargos e remuneração adicionais, principalmente o pagamento dobrado ao domingo/feriado.

Complementarmente, a fiscalização, cujo desempenho já se encontrava comprometido pela desestruturação administrativa do setor, também sofre com a “liberdade econômica”. Tal como no plano ambiental, aqui a lei traz dificuldades à fiscalização, dispensando o registro de ponto para empresas com até 20 empregados, criando espaço para que horas extras não sejam remuneradas, porque não registradas. O Art. 421, parágrafo único, versando sobre liberdade contratual, dispõe que “nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual”, reforçando o distanciamento do sindicato de categoria das relações jurídicas de trabalho. Ainda sob o título de liberdade econômica, foi criada pela lei a “dupla fiscalização”, de forma que a primeira visita, encontrando irregularidades, não faça mais que uma advertência.

Nessa maciça sequência de liberalidades, que repercutem sobre os custos do trabalho, cabe acrescentar os contratos de MEI, os contratos *pejotizados* de todo tipo e até mesmo os abusivos contratos de estágio.

O Capítulo II-A da CLT reformada versa ainda sobre teletrabalho – modalidade que ganhou enorme importância na pandemia e no seu *a posteriori*. A CLT resguarda o empregador de ser responsabilizado por acidentes de trabalho e saúde do trabalhador, além de estimular a transferência dos custos do trabalho doméstico ao empregado.

A esse vasto conjunto de medidas legais que pressionam para baixo o valor da força de trabalho, foi acrescentada e posta em tramitação a PEC 32/2020. A PEC também responde às constantes exigências do patronato brasileiro, nos últimos 30 anos. É destinada a promover a chamada reforma administrativa, tendo por objetivo reduzir os investimentos no serviço público, em particular sobre a força de trabalho.

A terceira geração do neoliberalismo no Brasil, ilustrada com essas medidas legais, mas não se limitando a elas, evidentemente imporia significativas reduções nos custos do trabalho. De 2012 a 2014, correspondendo ao que vimos na Tabela II, os custos do trabalho se mantiveram em patamar elevado. Mas daí em diante dá-se com clareza a tendência decrescente, como se pode ler no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Custos do Trabalho no Brasil – 2012/2021

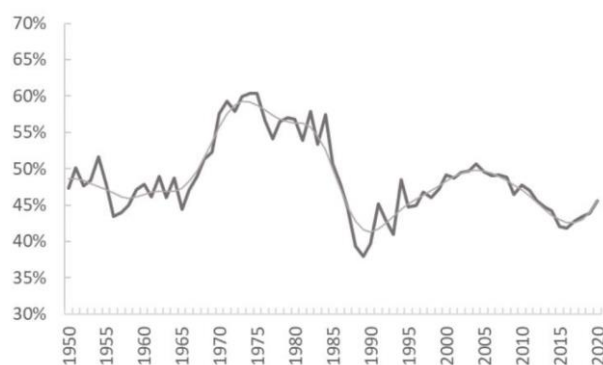


Fonte: Trading Economics, 2022.

Ainda que o tempo de implementação não nos ofereça uma série representativa, pode-se observar um movimento de recuperação da taxa de lucro, a partir de 2016. Um estudo da FIPE com as grandes empresas registra uma alta da taxa medida sobre as receitas, nesse período. De 2015 a 2019, a taxa sobe de 1,5% para 6,3%, voltando a cair nos anos de pandemia (FIPE, 2020).

Em seu mais recente trabalho sobre taxa de lucro, ainda inédito quando escrevemos - anunciado e comentado por Oreiro (2022), no site do Conselho Regional de Economia-DF - Marquetti *et al.* (2022) trazem a figura do lucro líquido reproduzida abaixo, que parece corroborar a FIPE.

Gráfico 4 – Parcela líquida dos lucros, Brasil, 1950-2020



Fonte: Marquetti *et al.* (2022, p. 10).

Observa-se tanto a queda da taxa no período a partir de 2010, a que nos referimos na abertura desta seção, como, no extremo da reta, vê-se a tendência à recuperação que supomos, após o intenso rebaixamento do valor da força de trabalho. É ainda no *spoiler* do artigo de Marquetti, oferecido por Oreiro, que se encontra uma tabela com ricos detalhes sobre a taxa de lucro no Brasil, de 1950 a 2020. Nessa tabela, os autores trazem o período 2015-2020 com a taxa de lucro líquido média positiva em 1,75%, depois da queda de -3,07, no intervalo de 2008-2015. Ainda sobre esse cenário de recuperação da taxa de lucro, Costa Pinto tem frequentemente afirmado, em entrevistas e *lives*, que o lucro das 240 maiores empresas brasileiras desde 2016 tem crescido “a taxas chinesas”. Entrevistado em abril de 2022, ele chegou a precisar em 22% o crescimento dessas empresas, em 2021 (Outras Mídias, 2022).

A terceira geração do neoliberalismo consiste, portanto, na manutenção das políticas sociais focalizadas – Bolsa Família/Auxílio Brasil e Benefício de Prestação Continuada, BPC – mas com a redução dos gastos com as políticas sociais universais, tendo seus orçamentos reais congelados pelo teto de gastos. Além disso, dá-se a acentuação dos padrões característicos da primeira geração, onde se incluem a privatização e a máxima liberação do movimento dos capitais. Mas, principalmente, efetiva-se o aumento da exploração da força de trabalho de modo profundo e sob as formas mais variadas. Das formas agora legalizadas a outras que recorrem aos interstícios das leis e à própria ilegalidade, como a generalizada contratação de MEIs para operar como empregados contínuos e exclusivos. Nesse sentido, vale chamar a atenção para o fato de que uma marcante diferença entre a primeira fase e esta em que estamos reside no fato de que naquela fase, que transcorreu essencialmente nos anos 1990, a estratégia central esteve nas privatizações, enquanto a terceira geração recorre principalmente à exploração do trabalho.

A recuperação da taxa de lucro não se pode compatibilizar com o crescimento da renda do trabalho e as políticas sociais, por longo tempo, se e quando principalmente o fator contrarrestante das exportações cai. Necessita-se agora de regulação que permita elevar a taxa de exploração do trabalho. Isso é ainda mais necessário quando o produto agregado/renda nacional e o consumo agregado decrescem.

Seria possível e até provável que o segundo governo Dilma Rousseff viesse a atender parte da agenda do grande capital brasileiro associado. A postura em relação aos grupos hegemônicos já havia sinalizado, com a escolha de Levy para a Fazenda, sua busca de harmonização com os interesses do grande capital, através das reformas pretendidas. Mas a avaliação dos grupos hegemônicos foi de que a presidenta não faria isso com a velocidade esperada, tal como realizaria Temer, já em 2016. Essa dificuldade se devia às resistências internas no seu próprio campo político. Também é possível dizer que a parte das reformas possível, capaz de viabilizar-se sob o governo do PT, talvez não fosse a melhor e mais desejada. Provavelmente, mudanças na previdência, como algumas anunciadas, que atingiram as pensões, por exemplo, e principalmente mudanças trabalhistas, como as efetivadas, não pudessem avançar, devido aos tributos políticos a serem pagos à base sindical e popular do governo, cuja recuperação se fazia necessária, como o próprio difícil resultado eleitoral de 2014 demonstrou.

O discurso de que não se poderia esperar mais qualquer coisa do governo do PT frequentou o período eleitoral de 2018 e continuou a ser verbalizado por empresários e políticos a eles ligados, em particular no eixo Minas-São Paulo.

Em enquete realizada com empresários paulistas, em maio de 2014, o jornalista Luis Nassif, em seu *blog Luis Nassif Online*, tentou responder à pergunta de porque os empresários paulistas não gostavam de Dilma Rousseff. Segundo ele, baseado no que lhe disseram,

Entre as críticas principais, o fato de Dilma ter deixado de formular um projeto para o país; de ter nomeado uma equipe ministerial medíocre; de ter centralizado as decisões tirando o poder dos Ministérios; de ter abandonado as reformas estruturais (Nassif, 2016).

Afora a contradição de avaliar a equipe ministerial como medíocre e queixar-se da centralização “tirando o poder dos ministérios”, podemos traduzir esses pontos como: não ter aceito a proposta do patronato paulista como um projeto a ser abraçado, o que, repetimos, seria demais para o PT (a admissão pontual e homeopática de medidas foi a estratégia de harmonização e continuaria sendo); não ter aceito as indicações para o ministério, além de Levy, feitas pelo empresariado; não acolher algumas iniciativas dos ministros porta-vozes do capital; não ter realizado a reforma previdenciária e a reforma trabalhista desejadas pelos setores hegemônicos. O PT continuou adotando o mesmo procedimento de absorver pontos pinçados dos interesses do patronato, com o mesmo sentido, ainda que não tão explicitamente, da introdução do *trabalhador jurídico* no interior da Lei do Simples, iniciativa de Lula em 2006, ou dos novos marcos de pesquisa e inovação, Lei n.º 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que submete a universidade pública às empresas privadas.

O governo de Temer dá início à fase radicalizada do neoliberalismo, que aqui denominamos de terceira geração. Essa fase se acentuará em paralelo à ascensão da extrema-direita, destacando mais uma vez a íntima relação entre economia, política e administração. Várias medidas são implementadas, tendo em vista retomar a positividade da taxa de lucro, mas a partir de então em franca relação hostil com os movimentos sociais e sindicais, em face das novas condições objetivas descritas. Simultaneamente, a partir de 2013, vão se apresentando os movimentos sociais de novo tipo, uma versão de extrema-direita, onde pontificam as redes sociais. Com discursos e pautas cada vez mais conservadoras, processa-se a renovação do combate à corrupção e do mito da ameaça comunista emergente, agora com o espectro do que denominariam de “marxismo cultural”,

cujas bases atribuem a Gramsci. A formulação ganha espaço no meio civil, mas em especial no meio militar, com origem no livro do general Avelar Coutinho (2002). Segundo a nota introdutória da primeira edição, “o livro explica passo a passo a estratégia revolucionária de adulteração cultural projetada por Gramsci, fundador do Partido Comunista Italiano” (Avelar Coutinho, 2002, p.1). Esse ponto de partida reuniria, nos imediatos anos que antecedem as eleições de 2018 e nele próprio, o general Avelar Coutinho, Olavo de Carvalho, a extrema-direita brasileira e Bolsonaro, espelhados na extrema-direita estadunidense, como mostra Costa Pinto (2019).

As novas condições políticas descritas, em que o governo central impulsionou as mudanças e agregava a elas frequentes insinuações de reinstalação da ditadura militar no Brasil, são necessárias às novas bases jurídicas das relações sociais de trabalho. Isso pode explicar a simpatia pela reeleição de Bolsonaro dos setores radicais, mas não só, do conservadorismo e do neoliberalismo brasileiros, em 2022.

CONCLUSÃO

No Brasil, como de resto em alguns outros países da América Latina, o neoliberalismo foi implementado a partir de um grande acordo de cúpula, empreendido no final dos anos 1980, denominado *Consenso de Washington* por um dos seus protagonistas, o economista John Williamson.

Este acordo previa a adoção de certas medidas cujo eixo foi a privatização dos ativos públicos e da própria consciência pública, induzida a crer nos valores reabilitados do capitalismo em contrário a modalidades de capitalismo que atribuem ao Estado papel relevante no equilíbrio do sistema. Tratava-se, portanto, da face latino-americana do neoliberalismo.

Essas medidas, de fato, produziram notável virada ideológica, econômica e administrativa, nesse último caso, com o advento de formas “flexíveis” de gestão/gerencialismo. Evidentemente, não faltou a ajuda imprescindível dos meios de comunicação, de um modo geral monopolizados e comprometidos com aquilo que aparentemente seria o pensamento único dominante e inevitável, irradiado dos centros do capital internacional.

As consequências desse processo foram, entretanto, insatisfatórias e não asseguraram o completo domínio do projeto hegemônico, em face das grandes contradições e desigualdades estruturais. Esse fracasso parcial permitiu o reaparecimento de forças populares que, em vários países, destacadamente Venezuela, Bolívia, Equador, Argentina, Chile, Nicarágua, Uruguai e Brasil puseram em movimento propostas que pareciam contrastar radicalmente com aquelas então encaminhadas pelo referido Consenso de Washington.

Na verdade, a radicalidade das propostas teve que se submeter às contingências da crise internacional e de certo modo conciliar-se com o projeto neoliberal. Os fluxos estrangeiros de capital, sejam autônomos, sejam das instituições multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, estavam condicionados à adoção das práticas neoliberais, o que constringia qualquer radicalidade dos projetos e agentes contra hegemônicos que chegavam ao governo. Do outro lado, havia a avaliação, como vimos em Williamson e Kuczynski, de que também o projeto dominante precisava de ajustes e mais aproximação à realidade latino-americana, onde as desigualdades são estruturalmente mais profundas. Por isto, o movimento para o centro dos novos governantes encontrou apoio nos próprios núcleos de decisão internacional hegemônicos. Correspondia a autocrítica dos seus formuladores e operadores.

Entre nós, os três períodos de governo do Partido dos Trabalhadores, dois com Lula e um com Dilma Rousseff, representaram essa segunda fase que pretendia

recuperar espaços de políticas sociais abaladas na primeira fase e de certa forma reabilitar o papel governamental keynesiano no equilíbrio do modo de produção capitalista brasileiro.

Durante mais de 10 anos, foi praticado um *mix* de equilíbrio fiscal, medidas anticíclicas keynesianas (investimentos públicos e incentivos fiscais e creditícios) e políticas sociais redistributivas que mitigaram os efeitos da primeira fase do neoliberalismo.

Mas, apesar de ter representado um momento de crescimento e relativo controle da situação social e política no Brasil, a segunda fase do neoliberalismo exigia uma combinação difícil de ser mantida, à medida que os fundos públicos foram se tornando curtos para cobrir os interesses das classes em disputa, em cenário econômico de restrições.

É nesse quadro que a terceira geração se fez necessária aos grandes capitais associados, com sede em São Paulo e centros internacionais. São eles que comandam a operação que envolve empresários, políticos, grande mídia e parte da magistratura, cujo objetivo foi resgatar o protagonismo das políticas neoliberais da primeira fase, ainda que não se desfazendo imediata e integralmente das políticas sociais compensatórias. A marca dessa terceira fase é, portanto, a recuperação das condições que permitiram uma boa produtividade marginal do capital, de modo a garantir uma boa taxa de lucro e a remuneração desejada pelos bancos e rentistas. Em contrapartida, para essa retomada do grande capital, a forte contenção do crescimento do salário médio dos trabalhadores e das políticas sociais universais, trabalhistas e previdenciárias, se fez necessária. Mais que isto: tornou-se imperiosa a criação de condições para o aprofundamento da exploração do trabalho e a apropriação crescente dos fundos públicos por parte dos grupos privados, seja sob forma líquida, seja pela privatização de serviços e ativos públicos.

As primeiras e céleres medidas do governo dirigido pelo presidente Temer, em 2016, demonstram essa direção. A criação de margem orçamentária para o pagamento de juros/amortizações da dívida pública e investimentos públicos, por meio do congelamento (real) dos gastos primários – saúde, educação, assistência social, infraestrutura etc. – por vinte anos, o incentivo às privatizações de todas as formas, a nova lei das terceirizações e a reforma trabalhista respondem à demanda patronal. Tudo foi encaminhado na direção esperada pelo grande capital, cuja ansiedade por novas oportunidades não se comprazia com as limitações políticas do governo do PT. Esse é o cenário em que passaram a operar as empresas brasileiras, com custos do trabalho fortemente reduzidos e relações jurídicas e sociais de produção amplamente favoráveis aos seus negócios.

As eleições de 2022 e os primeiros movimentos do governo eleito parecem questionar essa terceira geração, criando expectativas de que sua radicalidade seja objeto de generalizada revisão. Mas as condições moderadas que se exigiram do candidato eleito para que sua candidatura obtivesse êxito, a precariedade de sua engenharia de governabilidade, sustentada na centro-direita em contexto de extrema-direita, a baixa articulação e representatividade da esquerda, seja partidária, seja sindical, que limita o apoio social dessas forças – esse complexo adverso pode ser um empecilho poderoso à revisão que se espera. O ambiente econômico em que as empresas operam hoje – tanto as grandes, quanto as médias e pequenas – é de facilidades incomparáveis, na contratação, na gerência e na demissão. Os seis anos de maior liberalidade, que reduziram os custos do trabalho de forma profunda e posicionaram as empresas e seus operadores em franca vantagem estratégica na negociação com a força de trabalho, ao serem, de algum modo revistas, poderão, vale lembrar, ampliar o espectro de oposição ao novo governo. A administração, a política e a economia podem fazer uma contradança perigosa e indesejada pelos que se posicionam no campo da democracia e do trabalho.

Lembrando Gramsci, ainda assim, mesmo diante de uma análise, digamos, pessimista, esse campo dito progressista deve também se rever, para se dedicar às ações otimistas que de fato possam remeter a tempos melhores do que os que vivemos.

REFERÊNCIAS

Agência Brasil (2014). *Reforma agrária não caminhou como o governo esperava*. Recuperado em 05 dezembro, 2022 de: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/reforma-agraria-nao-caminhou-como-governo-esperava-diz-gilberto-carvalho>.

Avelar-Coutinho, Sergio A. (2002). *A revolução gramscista no ocidente: a concepção revolucionária de Antonio Gramsci em os Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Estandarte.

Bandeira-de-Mello, Celso A. (2005). *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros.

Brasil/Ministério da Economia (2022). *Resultados do Comércio Exterior – dados consolidados*. Brasília: Secretaria de Comércio Exterior, Comex Stat.

Brasil/Portal da Câmara (2022) Recuperado em 30 novembro, 2022 de: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2119881>.

Brasil (2017). *Consolidação das Leis do Trabalho*. Recuperado em 05 dezembro, 2022 de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm.

Brasil/IPEA (2021). Recuperado em 28 novembro, 2022 de:
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6873/1/TD_2215.PDF.

Brasil (2022). *Mapa de Empresas: boletim do 2º quadrimestre/2022*. Recuperado em 05 dezembro, 2022 de: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/boletins/mapa-de-empresas-boletim-2o-quadrimestre-2022.pdf>.

Brasil/Tribunal Superior do Trabalho (2021). *Relatório Geral do TST*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência do TST Coordenadoria de Estatística do TST.

Brasil (2016). *PRONATEC*. Recuperado em 22 fevereiro, 2022 de:
portal.mec.gov.br/pronatec.

Brasil (2017a). Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Comércio Exterior, *Estatísticas de Comércio Exterior, Séries Históricas*. Recuperado em 5 dezembro, 2022 de: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>.

Brasil (2017b). *Banco Central do Brasil: Reservas internacionais (US\$ bilhões)*. Recuperado em 30 novembro, 2022 de: <https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/SERIESTEMPORAIS>.

Brasil (2017c). *Banco Central do Brasil: Relatório de Estabilidade Financeira, 1(1)*, abril.

Bruno, Miguel & Caffé, Antonio R. (2018). Determinantes das taxas de lucro e de acumulação no Brasil: os fatores estruturais da deterioração conjuntural de 2014-2015. *Revista de Economia Política*, 38(2), pp. 237-260.

Bruno, Miguel & Caffé, Antonio R. (2016). Determinantes das taxas de lucro e de acumulação no Brasil: os fatores estruturais da deterioração conjuntural de 2014-2015. *Anais do Seminário sobre economia mineira*, Diamantina, MG, Brasil, XVII.

Castanhar, José C. (1990). Os cem dias do governo Collor. *Cadernos EBAP*, 54, pp.1-100.

Corgosinho, Rogério C., Cruz, Aline C., & Torres, Daniela A. R. (2013). O programa Bolsa Família como instrumento de crescimento pró-pobre no governo Lula. *Revista Economia e Desenvolvimento*, 12(1), 126-160.

Costa Pinto, Eduardo (2019). *Bolsonaro e os Quartéis: a loucura com método*. *Texto para Discussão 006*, 01-29.

Dathein, Ricardo (2016). O crescimento e a crise explicados por indicadores de taxa de lucro no Brasil entre 2000 e 2014. *Anais do Encontro Nacional de Economia Política*. São Bernardo do Campo, SP, Brasil, XXI.

Denes, Guilherme, Komatsu, Bruno K., & Menezes-Filho, Naercio (2018). Uma Avaliação dos Impactos Macroeconômicos e Sociais de Programas de Transferência de Renda nos Municípios Brasileiros. *Revista Brasileira de Economia*, 72(3), 292-312.

FIPE/USP (2020). *Situação econômica e financeira das maiores empresas brasileiras na crise da Covid-19*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica/USP.

Harvey, David (1994). *Condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: Loyola.

Hobsbawm, Erick (1995). *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras.

IBGE (2016). *Sistema de Contas Nacionais*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBRE, FGV (2019). *Taxa de investimentos no Brasil: Menor nível dos últimos 50 anos*. Recuperado em 30 novembro, 2022 de:
<https://blogdoibre.fgv.br/posts/taxa-de-investimentos-no-brasil-menor-nivel-dos-ultimos-50-anos>.

Keynes, John M. (1964). *Teoria Geral do emprego, do juro e do dinheiro*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

Kondratieff, Nikolai D. (1984). *The long wave cycle*. New York: Richardson & Snyder, 1984.

Kuczynski, Pedro P. & Williamson, John (2004). *Depois do Consenso de Washington – retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. São Paulo: Saraiva.

Mandel, Ernesto (1986). *Las ondas largas del desarrollo capitalista: la interpretación marxista*. Madrid: Siglo XXI de España.

Marini, Ruy M. (1990). *Dialética da dependência*. Cidade do México: Era.

Marquetti, Adalmir, Maldonado-Filho, Eduardo, Miebach, Alessandro, & Morrone, Henrique (2022). Uma interpretação da economia brasileira a partir da taxa de lucro: 1950-2020. *Brazilian Journal of Political Economy*. 25(16), 309-334.

Marx, Karl (1985). *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. São Paulo: Difel.

Marx, Karl (2001). *El Capital: Crítica de la economía política*. Mexico: Fondo de Cultura Económica.

Marx, Karl (2011). *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo.

Nassif, Luis (2014). *Porque os empresários não gostam de Dilma*. Recuperado em 05 dezembro, 2022 de: <https://jornalggn.com.br/politica/porque-os-empresarios-nao-gostam-de-dilma/>.

Navia, Patricio & Velasco, Andrés (2004). *As reformas políticas de segunda geração*. In Pedro-P. Kuczynski & John Williamson (Orgs.). *Depois do Consenso de Washington – retomando o crescimento e a reforma na América Latina* (pp. 232-267). São Paulo: Saraiva.

Neri, Marcelo C., Vaz, Fabio M. & Souza, Pedro H. G. F. (2013). Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: Uma análise comparativa das transferências sociais. In Teresa Campello & Marcelo Neri (Orgs.). *Programa bolsa família uma década de inclusão e cidadania* (pp. 193–206). Brasília: IPEA.

Nogueira-Batista, P. (2001). *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. São Paulo: Consulta Popular.

Nunes, Edson O. (2007). *Agências reguladoras*. Rio de Janeiro: Garamond.

O Globo (2017). *Crise e cortes de orçamento fazem ciência brasileira entrar em decadência*. 17/06/2017. Recuperado em 5 dezembro, 2022 de: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/07/crise-e-cortes-de-orcamento-fazem-ciencia-brasileira-entrar-em-decadencia.html>.

Oreiro, José L. (2022). *Taxa de lucro, acumulação de capital e crescimento econômico: comentários ao artigo do professor Adalmir Marquetti*. Recuperado em 2 janeiro, 2022 de: https://corecondf.org.br/taxa-de-lucro-acumulacao-de-capital-e-crescimento-economico-comentarios-ao-artigo-do-professor-adalmir-marquetti/?doing_wp_cron=1672661087.6872270107269287109375.

Outras Mídias (2022). *Brasil: o apetite sem fim da megaburguesia*. Recuperado em 3 dezembro, 2022 de: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/brasil-o-apetite-sem-fim-da-megaburguesia/>.

Santos, Theotônio (2011). *Imperialismo y dependencia*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho.

Santos, Theotônio (2004). *Do terror à esperança*. São Paulo: Ideias & Letras.

Schumpeter, Joseph A. (1939). *Business cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process*. New York: McGraw-Hill Book.

Trade Economics. Recuperado em 5 dezembro, 2022 de: <https://pt.tradingeconomics.com/brazil/labour-costs>.

Williamson, John (2003). *Depois do Consenso de Washington: uma agenda para reforma econômica na América Latina*. Palestra, Fundação Armando Alvares Penteado. Recuperado em 5 dezembro, 2022 de: <https://silo.tips/download/depois-do-consenso-de-washington-uma-agenda-para-reforma-economica-na-america-la>.

A TERCEIRA GERAÇÃO DO NEOLIBERALISMO E A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL

Resumo

Este artigo tem como objetivo caracterizar o ambiente econômico em que operam as empresas no Brasil, naquilo que denominamos 'terceira geração do neoliberalismo', quando o projeto hegemônico retoma seus postulados iniciais e radicaliza a exploração do trabalho. O estudo está referenciado essencialmente no livro III de O Capital, onde as crises, a tendência decrescente da taxa de lucro e suas contradições ganham destaque na obra de Marx. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, procuramos identificar a periodicidade do neoliberalismo e, em especial, o que apontamos como sua terceira e atual geração. Nossa conclusão é de que a queda da taxa de lucro e o ambiente de negócios que daí emergiu expuseram a dificuldade de manutenção da política de conciliação dos interesses de classe, experimentada na segunda fase, e levaram ao radical aprofundamento da exploração do trabalho para a retomada das taxas positivas.

Palavras-chave

Neoliberalismo. Reformas. Custos e lucros das empresas.

LA TERCERA GENERACIÓN DEL NEOLIBERALISMO Y LA EXPLOTACIÓN DE LA FUERZA DE TRABAJO EN BRASIL

Resumen

Este artículo objetiva caracterizar el ambiente económico en lo cual actúan las empresas brasileñas, en lo que llamamos ‘tercera generación del neoliberalismo’, cuando el proyecto hegemónico retoma sus postulados iniciales y radicaliza la explotación del trabajo. Esta investigación está referenciada esencialmente en el libro III de El Capital, donde se destacan las crisis, la tendencia decreciente de la tasa de ganancia y sus contradicciones gañan destaque en la obra de Marx. A través de investigación bibliográfica y documental, buscamos identificar la periodicidad del neoliberalismo y, especialmente, lo que señalamos como su tercera y actual generación. Nuestra conclusión es que la caída de la tasa de ganancia y el entorno empresarial que de ella surgió expusieron la dificultad de mantener la política de conciliación de intereses de clase, experimentada en la segunda fase, y condujeron a una profundización radical de la explotación del trabajo para la reanudación de tasas positivas.

Palabras-clave

Neoliberalismo. Reformas. Costos y ganancias de las empresas.

THE THIRD GENERATION OF NEOLIBERALISM AND THE EXPLORATION OF THE WORKFORCE IN BRAZIL

Abstract

This paper aims to characterize the economic environment in which companies operate in Brazil, in what we call the 'third generation of neoliberalism', when the hegemonic project resumes its initial postulates and radicalizes the exploitation of labor. This research is essentially based on book III of Capital, where the crises, the decreasing tendency of the rate of profit and its contradictions are highlighted in Marx's work. Through bibliographical and documentary research, we seek to identify the periodicity of neoliberalism and, in particular, what we point out as its third and current generation. Our conclusion is that the drop in the profit rate and the business environment that emerged from it exposed the difficulty of maintaining the policy of reconciling class interests, experienced in the second phase, and led to a radical deepening of the exploitation of labor for the resumption of of positive rates.

Keywords

Neoliberalism. Reforms. Companies costs and profits.

CONTRIBUIÇÃO

Claudio Gurgel

O autor declara ter contribuição equânime nas fases de financiamento, concepção, teorização, coleta de dados, análise e conclusão.

Agatha Justen

A autora declara ter contribuição equânime nas fases de financiamento, concepção, teorização, coleta de dados, análise e conclusão.

CONFLITOS DE INTERESSE

Es autores declaram não haver conflitos de interesse.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Es autores declaram que foram observados os princípios e preceitos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos no estudo que serviu de base para esta contribuição.

AGRADECIMENTOS

Es autores agradecem à Universidade Federal Fluminense (UFF) pelos recursos que permitiram viabilizar esta publicação.

COMO CITAR

Gurgel, Claudio & Justen, Agatha (2024). A terceira geração do neoliberalismo e a exploração da força de trabalho no Brasil. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 11(31), 540-589.